

Ataque cerrado ao Governo da República

SATA está a suportar financiamento das OSP e estão em falta 56 milhões de euros do Lorenzo

“Se atrasarem mais o concurso, o que devem fazer é estudar a hipótese de um ajuste directo para apoiar a Sata Air Açores, e esse é que é o interesse da Região”, reivindicou ontem Duarte Freitas, Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, no Parlamento açoriano, reunido na cidade da Horta.

O objectivo é suportar os encargos com os voos abrangidos pelas obrigações de serviço público (OSP), entre o continente e as ilhas, enquanto o novo concurso público não for lançado.

No âmbito de uma sessão de perguntas sobre o processo de privatização da Azores Airlines, o governante lembrou que, actualmente, a companhia aérea açoriana é que está a suportar os encargos dos voos das OSP nas ligações para as rotas não liberalizadas (Santa Maria/Lisboa, Pico/Lisboa, Horta/Lisboa e Funchal/Ponta Delgada), orçadas em cerca de dez milhões de euros/ano, apesar de essa “compensação” estar prevista no Orçamento de Estado.

“Colocar essa compensação no Orçamento do Estado e depois não aplicá-la, é enganar os açorianos”, insistiu Duarte Freitas, apelando aos deputados da bancada do PS no Parlamento açoriano para influenciarem o Executivo liderado por António Costa para que apresse o lançamento do novo concurso público para as ligações abrangidas pelas OSP’s.

As exigências do Governo Regional de coligação surgem na sequência de uma sessão de perguntas da autoria do deputado independente, Carlos

“Colocar a verba no Orçamento de Estado e depois não aplicá-la é enganar os açorianos”



Furtado (ex-Chega), que se manifestou preocupado com o caderno de encargos lançado pela Região para a privatização da maioria do capital da Azores Airlines.

“Este caderno de encargos é uma pouca-vergonha”, acusou aquele parlamentar, que teme que os interesses dos Açores possam sair prejudicados no processo de privatização, alertando que o mesmo nem define, por exemplo, quem vai pagar os cerca de 400 milhões de euros de prejuízos acumulados pela transportadora ao longo da última década.

O Secretário Regional das Finanças entende que “não há outra solução” para “salvar a SATA” senão avançar para a privatização da maioria do capital social da Azores Airlines, adiantando que “o custo” de adiar esse processo, poderia representar o encerramento da companhia.

Carlos Silva, deputado do PS, entende, porém, que o caderno de encargos, agora lançado pelo Governo, “não defende os interesses dos açorianos, não defende o interesse regional, não assegura a manutenção dos postos de trabalho, nem assegura as rotas para o continente e para a diáspora” neste processo de privatização.

José Pacheco, deputado do Chega, considera, por seu turno, que “se não dá certo”, a empresa “deve fechar a porta”, por entender que não devem ser os açorianos a “pagar os caprichos burgueses” que os socialistas impuseram à companhia até 2020; ano em deixaram de ter responsabilidades governativas na Região.

Pedro Neves, do PAN, também concorda com a privatização da Azores Airlines, mas discorda do “caderno de encargos” lançado pelo Executivo regional, que considerou poder

vir a representar “uma hecatombe”, antevendo que, após a privatização, a empresa deixe de ter sede nos Açores e possa ser desviada para Lisboa ou para o Porto.

Pedro Pinto, deputado do CDS-PP, criticou a “gestão desastrosa” que os anteriores governos socialistas tiveram na transportadora aérea regional, lembrando que os Açores “não são um destino de massas”, nem têm uma população residente que justifique manter uma operação aérea com tamanhos prejuízos.

Posição semelhante teve António Vasco Viveiros, da bancada do PSD, que lembrou que os 400 milhões de euros de prejuízos acumulados pela Azores Airlines “têm um peso, per capita, muito superior ao que custou a TAP a nível nacional”.

Já António Lima, do Bloco de Esquerda, considera que o actual Executivo de coligação à direita “não tem feito melhor” do que os anteriores governos socialistas, lamentando que a região ainda não tenha divulgado os resultados operacionais da SATA relativos a 2022, que, alegadamente, comprovam que “os resultados não melhoraram”.

Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, concorda com a privatização e insiste que a Região “não pode continuar a pagar” para que os norte-americanos, que têm “centenas de voos diários com a Europa”, possam viajar para os Açores, concluindo que a Região “não tem capacidade para manter uma companhia que continua a acumular prejuízos”.

“Governo da República está a tentar estrangular financeiramente a Região”

O PSD/Açores acusou o Governo da República de estar “a tentar estrangular financeiramente” a Região e considerou os socialistas açorianos “cúmplices do calote” relacionado com a comparticipação dos estragos do furacão Lorenzo.

“O Governo da República do PS está, de forma deliberada, a tentar estrangular financeiramente a Região Autónoma dos Açores por esta ter um Governo de cor partidária diferente”, diz o PSD/Açores, em comunicado.

O secretário regional das Finanças do Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) reclamou na terça-feira, no parlamento regional, 56 milhões de euros em atraso por parte da República para reparar danos provocados pelo furacão que atravessou a Região em 2019, enquanto o PS/Açores assegurou que a verba devida já foi paga.

O PSD/Açores disse ontem que “o montante suportado pela Região ascende a 56 milhões de euros, sem

comparticipação da solidariedade nacional”, apontando o dedo ao PS regional por “faltar à verdade e ser cúmplice do calote do Governo da República para com a Região”.

Para os social-democratas, está em causa uma “tentativa deliberada de estrangulamento financeiro dos Açores, por razões meramente partidárias”, o que é “facilmente comprovável” porque “dos 29 milhões de euros transferidos pelo Governo da República até ao presente, 28 milhões foram-no antes das eleições regionais de 2020”.

O PSD/Açores recorda que “a Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019 determinou que os apoios financeiros necessários à reparação dos estragos causados pelo furacão Lorenzo seriam suportados em 85% pelo Governo da República”.

“Até 31 de Dezembro de 2022, o valor facturado pela empresa pública Portos dos Açores, no âmbito das obras relativas ao furacão Lorenzo,

ascendia já a cerca de 76,1 milhões de euros”, acrescentam.

O Governo da República “apenas transferiu 29 milhões de euros para a Região Autónoma dos Açores, ficando em falta cerca de 39 milhões relativos a obras já executadas e pagas pela Portos dos Açores”, alertam.

“Face ao determinado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2019, o Governo da República está em incumprimento, ao não ter ainda transferido o valor correspondente à referida comparticipação de 85%”, lamentam.

A estes montantes “acrescem cerca de 17 milhões de euros – correspondentes a 85% de 20 milhões – relativos a pagamentos que a Portos dos Açores tem de efetuar até Junho deste ano”, reclamam os social-democratas.

Para o PSD, “o mesmo PS de Vasco Cordeiro [líder dos socialistas açorianos], que, em fevereiro de 2021, dizia que os atrasos nas verbas para a repara-

ção dos estragos causados pelo furacão Lorenzo não eram admissíveis, enreda-se agora em contradições para tentar explicar o inexplicável”.

PS-Açores diz que está tudo pago

O PS/Açores indicou na terça-feira que “o valor que havia a pagar” para reparar os estragos do Lorenzo “já foi pago através do Orçamento do Estado, sendo que o valor restante será pago por via dos fundos comunitários, ao qual é necessário que o Governo Regional [PSD/CDS-PP/PPM] concorra”.

Os socialistas açorianos observaram que os prejuízos provocados pelo furacão Lorenzo, que atravessou os Açores em 2019, foram avaliados em 313 milhões de euros, ficando o Governo da República responsável por 85% daquele valor até ao limite de 198 milhões de euros.